

ESTRATÉGIAS LOCAIS E ESCALAS GLOBAIS: UMA ARTICULAÇÃO NECESSÁRIA

Local strategies and global scales: a required articulation

Marcia Anita Sprandel*
Guilherme Mansur Dias**

O artigo pretende ressaltar a contribuição crítica de estudos e debates da antropologia e das ciências sociais na área de migrações, de forma a levantar questões para serem partilhadas com estudiosos da área. A partir da reflexão sobre a quase ausência de dados etnográficos nas publicações e nos debates promovidos por organismos multilaterais, no âmbito internacional, criticamos o fato da etnografia, das representações, das histórias de vida e das estratégias e hierarquias associadas às práticas de indivíduos ou grupos sociais identificados como “migrantes” aparentemente não caberem nos documentos oficiais desses organismos. Por outro lado, o artigo levanta questões sobre as dificuldades enfrentadas por antropólogos quando os grupos sociais por eles estudados passam a ser incluídos nas categorias “emigrantes” ou “imigrantes” e a produção intelectual tem de enfrentar, repentinamente, o desafio de lidar com discursos e conceitos universalizantes como “governança das migrações”, “vitimização do migrante”, “feminização das migrações”, etc.. Reflexões de Sahlins, Sayad e Bourdieu, entre outros autores, apontam caminhos no enfrentamento ao impasse entre análises locais e globais.

Palavras-chave: Antropologia; Organismos internacionais; Etnografia

The article aims to stand out the critical contribution of anthropologic and social science studies and debates towards migrations, putting questions to be shared with proficients of the area. From the reflection on the very few ethnographic data in publications and debates promoted by multiparty organisms internationally, it criticizes the fact that the

* Doutora em Antropologia Social. Integra o GT de Migrações Internacionais da Associação Brasileira de Antropologia. Desde 1997 trabalha como assessora técnica no Senado Federal. Brasília/Brasil.

** Doutorando em Antropologia Social no PPGAS/Unicamp. Pesquisador do Centro de Estudos de Migrações Internacionais (CEMI) da Unicamp. Campinas/Brasil.

ethnography, representations, life histories, strategies and hierarchies associated to the actions of individuals or groups, identified as migrants, apparently do not fit in the official documents of these organisms. On the other side, the article points out the difficulties faced by anthropologists when the groups they study become part of the so called "emigrants" or "immigrants" categories and, therefore, the intellectual creation, all of a sudden, has to face the challenge of dealing with universal concepts and speeches, such as "migration governments", "migrants' victimization", "migration feminization", etc.. Sahlins, Sayad, Bourdieu and other authors' reflections lead to the confrontation with the deadlock between the local and global analysis.

Keywords: Anthropology; International organisms; Ethnography

Introdução

Este artigo pretende ressaltar a contribuição crítica de estudos e debates da antropologia e das ciências sociais na área de migrações, de forma a levantar algumas questões para discussão. Nesse sentido, interessa-nos refletir, por um lado, sobre a quase ausência de dados etnográficos nas publicações e nos debates promovidos por Organismos Multilaterais, no âmbito internacional. Será que tais debates devem mesmo continuar prescindindo de categorias nacionais, regionais ou nativas? Por outro lado, o artigo levanta questões sobre as dificuldades enfrentadas por antropólogos quando os grupos sociais por eles estudados passam a ser incluídos nas categorias "emigrantes" ou "imigrantes" e a produção intelectual tem de enfrentar, repentinamente, o desafio de lidar com discursos e conceitos universalizantes como "governança das migrações", "vitimização do migrante", "feminização das migrações", etc..

O conceito de "redes migratórias", tema desta edição da revista, é um exemplo do que queremos chamar a atenção: ora ele corre o risco de referendar os aspectos essencializadores da questão, na medida em que é utilizado de forma descontextualizada, como mais um elemento de um jogo conceitual metodologicamente atemporal e generalizador; e ora funciona como elemento relativizador destas generalizações, na medida em que traz para o leitor histórias de pessoas, grupos sociais, localidades, motivações, relações de parentesco e compadrio, que demonstram o quanto a construção destas "redes" são pensadas e vividas de forma particularizada pelos envolvidos.

A força e a monotonia dos discursos globais

O plano de ação da Conferência Internacional de População e Desenvolvimento promovida no Cairo, em 1994, estabeleceu o compromisso dos diversos.

países enfrentarem as causas básicas da migração, especialmente as relacionadas à pobreza, e a fomentar a cooperação e o diálogo entre os países de origem e os países de destino, a fim de maximizar os benefícios da migração para os interessados e aumentar as probabilidades de que a migração tenha um impacto positivo no desenvolvimento dos países de acolhida e nos países de origem.¹

A evidente aridez deste texto pode ser identificada em inúmeros outros documentos que pretendem analisar os deslocamentos internacionais numa perspectiva global. Nesse sentido, como pano de fundo e de forma usual nesse tipo de abordagem, há referências explícitas a dados quantitativos: “according to the UN’s Population Division, there are now almost 200 million international migrants, a number equivalent to the fifth most populous country on earth, Brazil”.²

Quando, em dezembro de 2003, foi criada a Comissão Mundial sobre as Migrações Internacionais, no âmbito da Organização das Nações Unidas, com mandato de formular uma “resposta coerente, completa e global à questão das migrações internacionais”, criou-se uma expectativa de um tratamento mais substancial da chamada questão migratória. O processo de funcionamento da Comissão apontava para isso: foram realizadas consultas públicas na Ásia, no Mediterrâneo, na África e nas Américas. Delas participaram representantes de governos e de organismos internacionais, organizações não governamentais, sindicatos, associações de imigrantes, sociedade civil em geral, empregadores, agentes de recrutamento, especialistas acadêmicos e jornalistas. Além disso, a comissão realizou uma série de oficinas temáticas, com parlamentares, setor privado, organizações de direitos humanos, mídia e especialistas em políticas migratórias.

No entanto, não obstante a amplitude da consulta, que com certeza subsidiou os integrantes da Global Commission com uma infinidade de dados sobre as realidades locais e regionais que levaram pessoas ou grupos sociais a saírem de seus países, isto não se traduziu completamente na versão final do relatório *Migration in an interconnected world: new directions for action*. Aparentemente, a necessidade de produzir um documento que resumisse todas as observações obtidas nas consultas públicas e oficinas redundou numa estrutura de texto em que se destacam, sobretudo, as grandes tendências ou princípios de ação: “migrações num mercado de trabalho globalizado”, “migração e desenvolvimento”, “desafio da migração

¹ Em <http://www.un.org/spanish/conferences/accion2.htm> [tradução dos autores].

² Global Commission on International Migration. *Migration in an interconnected world: new directions for action*, p. 1. Disponível em: <http://www.gcim.org/attachements/gcim-complete-report-2005.pdf>.

irregular”, “diversidade e coesão”, “leis, normas e direitos humanos” e “governança da migração internacional”.

Evidentemente, a opção por este tipo de análise, marcada por conceitos de amplitude generalizada, não consegue traduzir as realidades localizadas dos indivíduos que são identificados e tratados como “migrantes”. A questão a ser colocada é se tais sistematizações podem prescindir de categorias nacionais, regionais ou mesmo nativas. Mais do que isso: até que ponto existe a preocupação com a situação de vida de pessoas e não apenas com o gerenciamento do “problema das migrações”?

A construção de um “migrante” genérico, nesse sentido, se aproxima daquela construção do pobre genérico identificada por Sprandel,³ após analisar séries de “Relatórios sobre o Desenvolvimento Mundial” do Banco Mundial e de “Relatórios sobre o Desenvolvimento Humano” do PNUD:

Percebe-se nos (...) documentos analisados (...) uma matriz conceitual e metodológica que abre pouco espaço para contextualizações. Embora não seja pensada apenas em argumentos numéricos, esta forma de representar a realidade se enquadra no que Mary Poovey chamou de “fato moderno”.⁴

Mary Poovey, em *A history of modern fact*, analisa o processo de separação entre a descrição e a teoria, levado a efeito pelos precursores da economia e da ciência social. O livro é a história de como a descrição veio a ser percebida como algo separado da interpretação ou da análise teórica, a história de como um tipo de representação (os números) veio a ser percebido como imune à teoria ou a interpretações. No âmbito dessa lógica de rompimento da conexão entre a descrição e a interpretação, teria se dado uma progressiva diminuição da importância da política na interpretação da realidade.

Para Poovey, é um equívoco aceitarmos de forma naturalizada o que os números e grandes modelos explicativos pretendem mostrar. Devemos, ao contrário, identificar o que seu uso revela e qual o seu interesse para os governantes. Não se trata obviamente de desqualificar a importância dos números para a elaboração de políticas públicas, mas de ficarmos atentos à primazia quase hegemônica e desproblematizada que eles tendem a assumir em relação aos outros discursos, especialmente os nativos.

Ao analisar o surgimento das categorias “homem”, “humanidade”, “sociedade”, “pobreza”, “mercado” e “economia”, a autora argumenta que quando um tema se torna “uma questão” ou “um problema”, dificilmente conseguimos nos debruçar sobre o passado e analisá-lo com isenção,

³ Cf. SPRANDEL, Marcia Anita. *A pobreza no paraíso tropical*.

⁴ *Ibidem*, p. 147.

distantes de seus atuais significados. No caso das migrações, essa isenção é um imenso desafio, diante de uma contemporaneidade absolutamente contaminada pelos discursos hegemônicos sobre o tema.

Pode-se dizer que nestes discursos o lugar estrutural do migrante e do pobre tem inúmeras superposições. Daí a atualidade absoluta da reflexão de Marina Silva⁵ quando afirma que há neles um substrato preocupante: a aceitação tácita de que a “pobreza” (e poderíamos dizer também a “migração”) é um evento normal da sociedade competitiva, desde que mantida sob controle, por motivos de segurança temperados com sentimento humanitário.

Considerando que tais discursos, produzidos para uma escala global e traduzidos nos documentos e linhas de ação internacionais, não têm dado conta de efetivar a “governança internacional das migrações”,⁶ princípio de ação ao qual se propõe, cabe questionar se eles falham justamente por não levar em consideração as particularidades sociais e políticas dos grupos sociais envolvidos nos diferentes processos migratórios ou se simplesmente o pressuposto de sua construção não considera que este nível de análise seja importante.

A necessidade de incorporar tais particularidades deveria ser um desafio premente não apenas para os organismos multilaterais e de caráter internacional, mas também para os fóruns da sociedade civil que atuam na área, haja vista que sua dinâmica de debates e atuação também acaba por privilegiar as grandes “tendências migratórias”. Outra questão que se coloca, nesse sentido, é se pensar e propor políticas em escala global é algo que não pode prescindir de generalizações. Para enfrentar esses desafios, acreditamos que a antropologia e as ciências sociais apontam alguns caminhos.

Aportes teóricos da antropologia e das ciências sociais

A obra de Marshall Sahlins mostra ser possível, a partir de uma narrativa historiográfica mais cautelosa e preocupada com outras ontologias, narrar eventos percebidos como simples decorrências da dominação colonial a partir, no entanto, do ponto de vista dos povos colonizados e/ou “periféricos”. Mais do que simples objetos passivos, não autores de sua própria história, Sahlins defende a autonomia dos sujeitos históricos diante das ações de cunho colonial e outorga para a teoria o dever de reconhecer e descrever as ações desses sujeitos, entendendo que “a presente ordem global foi decisivamente moldada pelos chamados povos periféricos, pe-

⁵ SILVA, Marina. “A miséria e a pobreza da política”.

⁶ Conforme os princípios de ação da Global Commission on International Migration (GCIM).

los diversos modos como articularam culturalmente o que lhes estava acontecendo”.⁷

Sahlins nos ensina a importância de, em contextos “globais”, não se perder de vista o protagonismo dos agentes sociais locais para a construção de grandes narrativas. Transpondo este ensinamento para o contexto dos grandes debates internacionais sobre migrações, evidencia-se o quanto estes ainda prescindem do ponto de vista nativo para tornarem-se legítimos e minimamente fidedignos à complexidade das relações sociais sobre as quais pretendem intervir.

No campo específico da “questão migratória”, deparamo-nos com a dificuldade adicional de, além de “vítimas de seu destino”, os “migrantes” serem classificados, antes de tudo, como “um objeto que cria um problema”,⁸ nas palavras acertadas de Abdelmalek Sayad. Isso demanda dos pesquisadores e especialistas ligados a agências internacionais, um cuidado no sentido de incorporar as experiências e trajetórias de vida destes sujeitos não apenas como instrumento metodológico, mas, sobretudo, como um compromisso ético. Bourdieu explicita este aspecto fundamental da questão metodológica ao refletir sobre o trabalho de Sayad:

(...) Os chamados problemas da imigração, não são desses que se podem colocar entre quaisquer mãos. Os princípios da epistemologia e os preceitos do método são de pouca utilidade neste caso, se não puderem se apoiar em disposições mais profundas, ligadas, em parte, a uma experiência e a uma trajetória social.⁹

Bourdieu refere-se à trajetória particular de Sayad, que além de ser detentor de maestria técnica e teórica, também possui um conhecimento íntimo da língua e da tradição do *berberes*. Isso lhe possibilitou um ponto de vista diferente daquele da “sociedade receptora”:

Ao abordarem a “imigração” (...) do ponto de vista da sociedade receptora que coloca o problema dos “imigrantes” apenas quando os “imigrantes constituem um problema”, os analistas omitiam, na verdade, as questões sobre as causas e os motivos que poderiam ter determinado as partidas e sobre a diversidade das condições de origem e das trajetórias.¹⁰

Nesse debate, Bourdieu está referenciado ao seu arcabouço conceitual sobre agentes sociais e suas estratégias, quando afirma que:

E, no entanto, os agentes fazem com muito mais frequência do que se agissem ao acaso, “a única coisa a fazer”. Isso porque, abandonando-se às

⁷ SAHLINS, Marshall. “Cosmologias do Capitalismo”, p. 53.

⁸ SAYAD, Abdelmalek. *A imigração ou os paradoxos da alteridade*, p. 15.

⁹ BOURDIEU, Pierre. “Um analista do inconsciente”, p. 11.

¹⁰ *Ibidem*.

instituições de um “senso prático” que é o produto da exposição continuada a condições semelhantes àquelas em que estão colocados, eles antecipam a necessidade imanente ao fluxo do mundo.¹¹

É esse “antecipar-se à necessidade imanente ao fluxo do mundo” que fundamenta o que ele chama de “estratégias”, que objetivam a reprodução social e biológica do grupo familiar. Parece-nos que o entendimento destas estratégias diferenciadas, “produto do senso prático como sentido do jogo, de um jogo social particular, historicamente definido”¹² é um dos caminhos para uma compreensão qualitativa dos deslocamentos populacionais que vem sendo identificados e pensados genericamente como migrações.

A incorporação à análise do papel do “senso prático” na efetivação destes deslocamentos e na elaboração de discursos e identidades pode evitar o risco de considerarmos os chamados “migrantes” como eternos sujeitos de circunstâncias externas e não como agentes sociais. A idéia de agente sociais, em Bourdieu, é fundamental para seu conceito de habitus,¹³ que não expressa uma ordem social mecânica e racional. Refere-se, ao contrário, a uma ordem social dinâmica, contra a qual os agentes sociais reagem ou se adaptam, por meios de estratégias e práticas específicas.

Ou seja, nos referimos aqui a agentes sociais como seres dotados de autonomia, cujas ações são capazes de gerar novas contingências, modificando, inclusive, estruturas tidas como “fixas” ou “irreversíveis”. Desprezar toda essa potencialidade, tratando os “migrantes” como simples autômatos que respondem a circunstâncias externas, é bastante prejudicial a qualquer campo de conhecimento que queira descrever de forma minimamente apropriada suas experiências de vida.

Acreditamos que a identificação e discussão das tensões entre discursos universalizantes e realidades e estratégias localizadas – inclusive historicamente – conforme apontadas por Sahlins, Sayad e Bourdieu, pode figurar como ponto de partida para uma tentativa de superação de alguns impasses decorrentes da diluição de categorias e identidades locais em categorias genéricas.

A ausência de uma perspectiva etnográfica, que ressalta as histórias e vivências dos agentes sociais, talvez seja um dos principais motivos para

¹¹ BOURDIEU, Pierre. *Coisas ditas*, p. 23.

¹² *Ibidem*. p. 81.

¹³ Habitus é “um sistema de disposições duráveis e transponíveis que, integrando todas as experiências passadas, funciona a cada momento como uma matriz de percepções, de apreciações e de ações – e torna possível a realização de tarefas infinitamente diferenciadas, graças às transferências analógicas de esquemas”. Cf. ORTIZ, Renato (org.). *Sociologia*. p. 65.

a crítica da antropologia aos chamados estudos migratórios. No Brasil, temos as reflexões pioneiras de Palmeira e Almeida¹⁴ que alertam para o risco de reunirmos como um conjunto de fenômenos da mesma natureza (as migrações) situações que são pensadas, vividas e narradas de forma diversa pelas pessoas que são o suporte dos conceitos construídos (no caso, os “migrantes”).

Este alerta vem sendo relativamente aceito pela produção antropológica dos últimos trinta anos, inclusive quando os indivíduos e grupos estudados começam a sair do território brasileiro a partir da década de 1980. Ou seja, os antropólogos brasileiros seguem percebendo seus deslocamentos como estratégias de reprodução afetas a grupos sociais tão diversos quanto camponeses, indígenas, populações tradicionais e trabalhadores temporários ou assalariados.

Um exemplo disso é o debate antropológico sobre etnicidade e territorialização, que aponta para outras possibilidades de pensarmos a relação entre “migrantes” e “Estado-nação”. Através de uma sistematização desse debate, Oliveira¹⁵ suscita algumas questões que, se refeitas de forma simetricamente invertida ao caso dos indígenas no nordeste brasileiro, reforçam a crítica ao tratamento “desterritorializado” de agentes sociais e históricos envolvidos em deslocamentos internacionais.

Sua crítica à posição de James Clifford de que os povos indígenas estariam excluídos da noção de diáspora porque jamais deixariam de estar referidos a sua própria origem suscita um questionamento inverso. Por que os imigrantes estariam sempre obrigados a viver a condição de *unhomed*,¹⁶ enquanto os indígenas nunca chegariam a ela? De certa forma, até que ponto é negado ao migrante, inclusive teoricamente, a “força política e emocional da etnicidade”, conectada “a um lugar de origem específico”?¹⁷

É como se as peregrinações, que “podem ser importantes meios para a construção de uma unidade sócio-cultural entre pessoas com interesses e padrões comportamentais variados”,¹⁸ não funcionasse dessa forma para os emigrantes. As viagens internacionais não parecem, na maior parte das vezes, consideradas sob esta ótica. Ao contrário, há um pressuposto, que etnograficamente não parece se sustentar, de que o simples fato do sujeito sair de seu país de origem significa o abandono de todas

¹⁴ Cf. PALMEIRA, Moacir; ALMEIDA, Alfredo W. B. de. “A invenção da migração”.

¹⁵ OLIVEIRA, João Pacheco de. *A viagem de volta: etnicidade, política e reelaboração cultural no Nordeste indígena*.

¹⁶ CLIFFORD, James. *Routes, travel and translation in the late twentieth century*, p. 9.

¹⁷ OLIVEIRA, João Pacheco de. *op.cit.*, p. 33.

¹⁸ *Ibidem*, p. 34.

as lealdades primordiais, substituídas por uma suposta lealdade nacional ou pela atopia. Este é o começo de um processo de essencialização que atinge seu ápice naqueles documentos e discursos internacionais referidos no começo deste artigo.

Considerações de um debate em construção

Diante da crise nas tentativas de “governança das migrações” e dos desafios do trabalho antropológico com agentes sociais que deixam seus países de origem, nos parece que a melhor alternativa seria problematizar as diversas formas de deslocamento no mundo contemporâneo em perspectivas histórico-etnográficas que enfatizem as relações de poder e desigualdade existentes. Até porque ignorar tais perspectivas, optando de forma exclusiva por análises “estatísticas” e “focalizações”, é por si só um posicionamento político.

Tratar o indivíduo ou o grupo, que carrega consigo toda uma história e uma condição ligadas às experiências particulares e aos modos de vida anteriores, como um “problema” a partir do momento em que adentra um novo país significa ignorar as motivações desses deslocamentos, muitas vezes indicativas da crise de um modelo econômico e político, mas também de uma insubordinação contra a fixação e a dominação.

A grande crise econômica iniciada em 2008 nos Estados Unidos e que rapidamente contaminou todo o sistema capitalista mundial, tem entre suas primeiras vítimas os “migrantes”. São inúmeras as notícias veiculadas pela imprensa sobre o aumento da xenofobia nos países do hemisfério norte e de sérias dificuldades enfrentadas por estrangeiros para se manterem nesses países. Os registros de retornos são muitos. Para os países onde estavam, sua saída muito provavelmente será tratada como um alívio. Para os países de origem, por sua vez, são diversas as perplexidades decorrentes de seu retorno. Em que situação chegam? Como recebê-los? E a diminuição no volume de remessas, que impacto terá sobre as economias locais?

Esse é um momento de crise também para os organismos multilaterais e seus planos de ação. Como um castelo de cartas, vemos desmanchar no ar discursos, conceitos e categorias que tratavam de dar conta do movimento de milhões de pessoas pelo planeta. Se momentos de crise podem ser momentos de aprendizado, a principal lição que o mundo parece estar aprendendo é que o Estado ainda é uma referência como conformador e articulador de campos e tensões políticas. Isso significa, por exemplo, e retomando o tema desta revista, que toda e qualquer análise de “redes migratórias” não pode prescindir dessa premissa, sob o risco de perder

completamente um dos contextos fundamentais dos deslocamentos dos indivíduos e grupos sociais que pretende estudar.

Isso porque os “migrantes” se encontram num campo político cujas tensões são fortes e estão referidas tanto ao Estado de origem quanto ao Estado de destino. É essa ligação política do migrante aos aparelhos de Estado (tanto como um incômodo como um grupo de pressão) que revela a incongruência de discursos supostamente universalistas, que os percebem de forma “atópica”, ou seja, sem lugar. É isso que Bourdieu quer dizer, quando afirma que além dos “migrantes” serem um “objeto que cria um problema”, não se pode escrever inocentemente sobre eles.

Ou seja, escrever sobre “migrantes” ou “redes migratórias” sem levar em conta todas estas representações implica tomar partido a favor de um discurso velado de dominação, o que pode ter conseqüências práticas politicamente danosas a estes sujeitos, na medida em que exclui seus direitos como natural de determinado Estado-Nação ou àqueles inerentes a um estrangeiro em um país de destino.

A realidade dos “migrantes”, dessa forma, desafia e questiona os pressupostos universalistas de cidadania, uma vez que lhes são negados esses direitos em função de uma falsa realidade de “atopia”:

Incômodo em todo lugar, e doravante tanto em sua sociedade de origem quanto em sua sociedade receptora, ele (o migrante) obriga a repensar completamente a questão dos fundamentos legítimos da cidadania e da relação entre o Estado e a Nação ou a nacionalidade.¹⁹

Esse “repensar os fundamentos legítimos da cidadania” e a relação entre Estado e nacionalidade será um desafio imediato para o governo brasileiro ao receber de volta levas de cidadãos que estão retornando de países do norte. Resta saber se nesse momento a categorização como “emigrantes” ou “brasileiros no exterior” terá força política para que sua readaptação seja feita da forma menos traumática possível, com a disponibilização de políticas públicas na área social para seu atendimento, desde benefícios como seguro desemprego até a garantia de salas especiais na rede pública de educação para crianças alfabetizadas em língua estrangeira.

Por mais que o retorno ao Brasil “devolva” as pessoas a suas realidades anteriores, suas lealdades tradicionais, seus nichos étnicos ou suas classes sociais, a experiência vivida em país estrangeiro representa uma qualificação e uma diferenciação social e política a ser observada com cuidado. A teoria social terá muito a escrever, nos próximos anos, sobre esse

¹⁹ BOURDIEU, Pierre. “Um analista do inconsciente”, p. 11-12.

movimento de regresso, sobre a influência dos retornados em suas comunidades de origem ou sobre de que forma reagem as “redes migratórias” a esse novo contexto.

Talvez possamos enfrentar então um debate ainda mais desafiador e complexo, uma vez que mais do que meras vítimas de um “sistema global”, poderemos pensá-los como agentes sociais que desafiaram de forma constante alguns dos pressupostos sobre os quais está ancorada a própria concepção de modernidade:

Michel Foucault e os trabalhos que ele inspirou mostraram bem como, no que concerne à produção, aos costumes, à saúde, à educação, à vida sexual, em resumo, para tudo que se convencionou chamar de social, as massas foram domesticadas, assentadas no trabalho e destinadas à residência. A errância não é, de jeito nenhum, exclusividade de alguns (...) Todo mundo pratica a errância cotidianamente (...) A fim de domesticar o termo, foi possível falar de mobilidade. Essa mobilidade é feita das migrações diárias: as do trabalho ou as do consumo. São também as migrações sazonais: do turismo e das viagens (...) É ainda a mobilidade social ou dos deslocamentos maciços de populações induzidas pelas disparidades econômicas. Tudo isso é muito vulgar, mas contém em si uma importante dose de aventura. Aventura que pode ser desejada, assumida ou sofrida, isso não é problema. Pode ser compreendida como a modulação contemporânea desse desejo do outro lugar que, regularmente, invade as massas e os indivíduos.²⁰

Este é um bom debate, talvez um dos mais importantes das próximas décadas, quando a crise econômica trará consigo dois preocupantes irmãos mais novos: a defesa do emprego nacional e o fortalecimento das fronteiras – sejam elas políticas, étnicas ou culturais. Defender a mobilidade deverá ser uma bandeira de luta importante do século XXI. Uma mobilidade não de seres atópicos, mas de indivíduos e grupos sociais em constante tensão com Estados Nacionais e carregados de histórias de vida e de aventuras, referidas a territórios e etnicidades cada vez mais diversos e enriquecedores.

Bibliografia

- BOURDIEU, Pierre. *Coisas ditas*. São Paulo: Brasiliense, 1990.
- _____. “Um analista do inconsciente” in SAYAD, Abdelmalek. *A imigração ou os paradoxos da alteridade*. São Paulo: Editora da USP, 1998.
- CLIFFORD, James. *Routes, travel and translation in the late twentieth century*. Cambridge/London: Harvard University Press, 1997.
- GLOBAL COMMISSION ON INTERNATIONAL MIGRATION. *Migration in an*

²⁰ MAFFESOLI, Michel. *Sobre o nomadismo – vagabundagens pós-modernas*, p. 23.

- interconnected world: new directions for action*. Switzerlan: SRO-Kundig, 2005.
- MAFFESOLI, Michel. *Sobre o nomadismo – vagabundagens pós-modernas*. Rio de Janeiro/São Paulo: Editora Record, 2001.
- OLIVEIRA, João Pacheco de. *A viagem de volta: etnicidade, política e reelaboração cultural no Nordeste indígena*. Rio de Janeiro: Contracapa/LACED, 2004.
- ORTIZ, Renato(org.). *Pierre Bourdieu: Sociologia*. São Paulo: Ática, 1983.
- PALMEIRA, Moacir e Alfredo W. B. de Almeida. “A invenção da migração” in *Projeto emprego e mudança sócio-econômica no Nordeste*. Rio de Janeiro: Museu Nacional, 1977.
- POOVEY, Mary. *A history of the modern fact*. Chicago/London: The University of Chicago Press, 1998.
- SAYAD, Abdelmalek. *A imigração ou os paradoxos da alteridade*. São Paulo: Editora da USP, 1998
- SAHLINS, Marshall. “Cosmologias do Capitalismo: O Setor Trans-Pacífico do ‘Sistema Mundial’” in *Anais da XVI Reunião Brasileira de Antropologia*. Campinas: ABA, 1988.
- SILVA, Marina. “A miséria e a pobreza da política”, in *Folha de São Paulo*, 31 de outubro de 1999.
- SPRANDEL, Márcia Anita. *A pobreza no paraíso tropical*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2004.